



Número: **0600180-68.2020.6.26.0410**

Classe: **REPRESENTAÇÃO**

Órgão julgador: **410ª ZONA ELEITORAL DE SÃO CARLOS SP**

Última distribuição : **15/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Televisão**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELEICAO 2020 DEONIR TOFOLLO PREFEITO (REPRESENTANTE)		NELSON FRANCISCO TEMPLE BERGONSO (ADVOGADO)	
JULIO CESAR DE BARROS SOLDADO (REPRESENTANTE)			
ELEICAO 2020 CAIO GUSTAVO DOS SANTOS VICE-PREFEITO (REPRESENTADO)			
PROMOTOR ELEITORAL DO ESTADO DE SAO PAULO (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17198411	16/10/2020 18:19	Decisão	Decisão



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO
JUÍZO DA 410ª ZONA ELEITORAL DE SÃO CARLOS SP**

PROCESSO nº 0600180-68.2020.6.26.0410

CLASSE PROCESSUAL: REPRESENTAÇÃO (11541)

REPRESENTANTE: ELEICAO 2020 DEONIR TOFOLLO PREFEITO, JULIO CESAR DE BARROS SOLDADO

Advogado do(a) REPRESENTANTE: NELSON FRANCISCO TEMPLE BERGONSO - SP238195

REPRESENTADO: ELEICAO 2020 CAIO GUSTAVO DOS SANTOS VICE-PREFEITO

DECISÃO

Vistos.

COLIGAÇÃO SÃO CARLOS MERECE MAIS – SOLIDARIEDADE PDT-PRTB-PMN-PSC formulou representação por PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA PARA IMEDIATO CANCELAMENTO DAS TRANSMISSÕES DAS PROPAGANDAS AUDIOVISUAIS, contra **SÃO CARLOS VEM COM A GENTE – AVANTE – MESTRE TAROBA CAPOEIRA CANDIDATO A PREFEITO E CAIO MANIA CANDIDATO A VICE-PREFEITO**. Aduziu que a propaganda eleitoral veiculada pelos representados não atentam as regulamentações atinentes a veiculação da comunicação por libras ou áudio descrição/legenda. Requereu a expedição urgente de ofício as emissoras de televisão para que cancelem todas as inserções audiovisuais da propaganda eleitoral na majoritária da coligação impugnada. Juntou documentos.
Éo relatório.

Dispõe a legislação eleitoral que “A propaganda eleitoral gratuita na televisão deverá utilizar, entre outros recursos, subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete de LIBRAS e audiodescrição, sob responsabilidade dos partidos políticos e das coligações, observado o disposto na ABNT NBR 15290:2016 ([Lei nº 13.146/2015, arts. 67 e 76, § 1º, III](#)).”.

Analisado o vídeo apresentado, observo que o regramento foi descumprido pelo representado, motivo pelo qual concedo a tutela antecipada para determinar que as emissoras de televisão cancelem todas as inserções audiovisuais da propaganda eleitoral na majoritária da coligação impugnada que não que não apresentam subtítuloção por meio de legenda oculta, janela com intérprete de LIBRAS e audiodescrição apresentadas pelos representados.

Serve esta decisão como ofício.

Intime-se e notifique-se a coligação, servindo este despacho como mandado, para que cumpra a determinação e no prazo de 2 dias apresente sua justificativa.

Após tornem-se os autos conclusos para sentença.



São Carlos, 16 de outubro de 2020.

Fernanda Oliveira Silva
Juíza Eleitoral Substituta

